

O ofício da pesquisa: reflexões sobre o processo de produção e avaliação de textos acadêmicos

FELIPE TAVARES PAES LOPES*

Resumo: Neste trabalho, discuto o processo de produção e avaliação de textos acadêmicos à luz das análises feitas sobre o tema por diversos(as) autores(as) e de minha experiência como pesquisador e docente de programas de pós-graduação *strictu sensu*. Ao realizar essa discussão, abordei quatro práticas que caracterizam esse ofício: a escolha do tema de pesquisa, a redação científica, a revisão bibliográfica e a confecção de pareceres.

Palavras-chave: Metodologia; Redação científica; Revisão bibliográfica; Parecer.

The craft of research: reflections on the process of production and evaluation of scientific texts

Abstract: In this paper, I discuss the process of production and evaluation of scientific texts in the light of the analyses on the subject carried out by several authors and my experience as a researcher and professor of graduate courses. In carrying out this discussion, I approached four practices that characterize this profession: the choice of the research topic, scientific writing, literature review and writing of seems.

Key words: Methodology; Scientific writing; Literature review; Seem.



* FELIPE TAVARES PAES LOPES é Doutor em Psicologia Social pela USP e realizou pesquisas de pós-doutorado na Faculdade de Educação Física da Unicamp, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV e no Departamento de Psicologia Social da Universidade Autônoma de Barcelona. Atualmente, é docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Uniso, onde desenvolve pesquisa com financiamento da Fapesp.

Introdução

Neste trabalho, discuto o processo de produção e avaliação de textos acadêmicos à luz das análises feitas sobre o tema por diversos(as) autores(as) e de minha experiência como pesquisador e docente de programas de pós-graduação *strictu sensu*. Ainda que constituam etapas distintas, a produção e avaliação de textos acadêmicos estão imbricadas. Afinal, quando produzimos uma tese ou um artigo científico, consideramos aquilo que acreditamos que nossos pares esperam de nós. Isto é, o que e como escrevemos depende não apenas do nosso referencial teórico-metodológico e das informações obtidas em campo, mas também de para quem nos dirigimos. Por exemplo, se submetemos um artigo a uma revista mais “ortodoxa”, tendemos a empregar uma linguagem impessoal e uma estrutura mais tradicional (introdução, método, resultados e discussão). Já se submetemos a uma revista menos “ortodoxa”, esse tipo de linguagem e estrutura tendem a ser descartados (algumas revistas chegam, inclusive, a desaconselhar o uso de linguagem impessoal). Isso se deve pois, como virou quase chavão em análise do discurso, adequamos nossos discursos ao modo como apreciamos e avaliamos o mundo ao nosso redor. É essa percepção da realidade que nos fornece os primeiros referenciais, orientando-nos sobre aquilo que pode ser dito e aquilo que deve ser silenciado.

Para realizar a discussão proposta, organizei o texto em quatro partes. Começo pela escolha do tema de pesquisa, sustentando, entre outros argumentos, que não existem assuntos intrinsecamente científicos. Depois, debruço-me sobre a questão da redação científica, dando ênfase ao papel da linguagem na produção do conhecimento. Em seguida, volto minha atenção para a revisão de literatura,

focalizando as especificidades dessa atividade nas Ciências Humanas e Sociais. E, por fim, abordo a confecção do parecer, discutindo tanto aquilo que um parecer deve oferecer ao(à) autor(a) de uma produção científica quanto as razões sociológicas que podem explicar o porquê de muitos pareceres deixarem a desejar – o que, aparentemente, tem gerado certo mal-estar na academia.

A escolha do tema

Para elaborar um projeto de pesquisa, a primeira decisão a ser tomada diz respeito ao tema a ser investigado. Diferentemente do que se costuma crer, não existem assuntos intrinsecamente científicos. Mesmo os mais banais – como o futebol ou o carnaval – podem ser (e já foram diversas vezes) objeto de análise científica rigorosa. Da mesma forma, assuntos percebidos como sérios – como o funcionamento das artérias pulmonares ou a luta de classe entre a burguesia e o proletariado – podem ser analisados de forma muito pouco científicas. Mas, então, o que confere cientificidade a um tema de pesquisa? De acordo com Eco (2008, p. 21), para ser científico, um estudo precisa debruçar-se sobre um objeto definido de tal maneira que seja reconhecido igualmente pelos(as) outros(as) pesquisadores(as), isto é, precisa “[...] definir as condições sob as quais podemos falar, com base em certas regras que estabelecemos ou que os outros estabeleceram antes de nós.” Ele também precisa ser minimamente original, ou seja, dizer algo que ainda não foi dito. Afinal, não faz sentido propor solucionar um problema que já foi solucionado por meio de métodos que já são conhecidos. Até mesmo porque isso constituiria plágio ou, na melhor das hipóteses, pura perda de tempo. Além disso, o estudo deve ser útil à comunidade científica, ou seja, é preciso acrescentar algo ao que já se sabia, de tal modo que, ao menos em teoria, os

trabalhos posteriores tenham de levá-lo em consideração. Por exemplo, debruçar-se sobre um manuscrito inédito escrito por Adorno na sua juventude poderá levar a uma nova compreensão da gênese do conceito de indústria cultural. Por outro lado, debruçar-se sobre sua lista de compras no supermercado pode servir para matar a curiosidade sobre seus hábitos alimentares ou, no máximo, conhecer um pouco melhor sua realidade econômica, mas dificilmente contribuirá para avançar na compreensão de sua teoria. Por fim, “[...] ele deve fornecer elementos para a verificação ou contestação das hipóteses apresentadas e, portanto, para sua continuidade pública” (p. 23). Suponhamos que queiramos demonstrar a presença de elementos neoliberais na visão de economistas de esquerda. Devemos, então, apresentar trechos de publicações, de palestras, de entrevistas etc. desses economistas que comprovem nossa hipótese. Teremos de dizer, também, como encontramos esses materiais discursivos e como foram tratados e analisados. E, finalmente, devemos esclarecer qual critério foi utilizado para classificarmos os referidos economistas como sendo de esquerda – principalmente tendo em vista que concordam com algumas teses neoliberais.

Dado que não existem, portanto, temas intrinsecamente científicos, o(a) pesquisador(a) possui uma infinidade de opções. Seguindo Deslandes (2012), parece-me que, ainda que não seja pré-condição para o desenvolvimento de um bom trabalho, é recomendável que o(a) pesquisador(a) eleja um assunto que o(a) motive a pesquisar. Afinal, é muito frustrante dedicar-se anos a fio a algo que não gostamos de verdade. De qualquer forma, é preciso destacar que, seja o tema que for, a partir dele, o(a) pesquisador(a) deve formular um(uns) problema(s) de pesquisa teoricamente relevante(s), ou

seja, que se insira(m) no contexto maior de um programa de pesquisa (LUNA, 2006). Afinal, conforme retomarei, não existem temas mais ou menos relevantes. Na verdade, sua relevância dependerá da forma como é abordado e problematizado. Para retomar o exemplo do futebol e do carnaval, pesquisas sobre esses assuntos podem, por exemplo, promover importantes análises sobre as relações entre indústria cultural e identidade nacional.

Ainda em relação ao tema de pesquisa, é preciso sublinhar que ele não se confunde com o problema de pesquisa. De acordo com Deslandes (2021), o tema indica a área de interesse, ou seja, trata-se de algo ainda não muito bem delimitado. Por exemplo, quando uma pessoa decide estudar a questão da “violência no futebol brasileiro”, ela refere-se a um assunto que é de seu interesse, mas que ainda está em aberto. Afinal, o que ela quer saber exatamente sobre esse fenômeno? Quando começamos a responder esse tipo de questão, começamos a problematizar nosso tema e, conseqüentemente, a formular o(s) nosso(s) problema(s) de pesquisa. Este(s), portanto, é(são) um aprofundamento do nosso tema de pesquisa. Trata-se de um recorte. Mais exatamente, de uma questão ou um conjunto de questões que pretendemos responder com a nossa pesquisa. Mas não é(são) qualquer(qualquer) pergunta(s): um bom problema de pesquisa precisa ser viável de ser respondido e, para tanto, precisa ser bem delimitado. Uma dica útil dada por Luna (1996) para sabermos se ele está bem delimitado é a seguinte: se sua formulação já nos sugere um caminho para respondê-lo é porque, provavelmente, está. Se, ao contrário, não nos oferece nenhuma pista, é porque ainda deve estar amplo. Além de delimitado, o problema de pesquisa precisa ser redigido de forma clara e precisa. A redação

científica é justamente o tema do tópico subsequente.

A redação científica

Em “Truques da escrita”, Becker (2015) oferece uma série de dicas para a confecção de artigos, dissertações e teses, tais como: retirar palavras supérfluas, cortar repetições, apresentar detalhes concretos que deem corpo às abstrações, evitar construções na voz passiva, reforçar o argumento empregado sintaticamente e empregar apenas metáforas “vivas”, ou seja, que são capazes de mostrar um novo aspecto daquilo que se está lendo, coisa que as metáforas batidas não são capazes. Em relação ao emprego das metáforas, diria ainda que seu uso (adequado) deve também ir às últimas consequências, apresentando todas as semelhanças com o fenômeno tomado como análogo. Por exemplo, se optamos pelo termo “ator” para se referir ao nosso sujeito de pesquisa, temos de ter consciência de que estamos compreendendo o fenômeno estudado a partir do campo semântico do teatro. Assim, é importante saber quem compõe a plateia, que lugar corresponde ao palco e qual corresponde à coxia, quem é o diretor da peça, qual é o enredo etc.

Becker (2015) também recomenda que um texto científico não siga a estrutura de um romance policial – como os clássicos de Arthur Conan Doyle, por exemplo –, ou seja, que o(a) autor(a) não deixe para apresentar seu argumento central apenas na conclusão. Conforme observa, não há nada de errado em antecipar os resultados da pesquisa, o que pode ser feito, inclusive, na introdução. Na verdade, tratando-se de um artigo científico, o *spoiler* é até bem-vindo. Isso se deve, pois, ao indicar aonde se quer chegar, o(a) autor(a) torna o texto mais dialógico. Afinal, sabendo de partida qual tese será defendida, o(a) leitor(a) pode acompanhar com mais facilidade o passo-a-passo do seu desenvolvimento.

Outra sugestão de Becker (2015) – dirigida especialmente àqueles(as) que “bloqueiam” na hora de escrever – é que se comece escrevendo qualquer coisa que lhe venha à cabeça, digitando o mais rápido possível, sem consultar as notas de campo nem a bibliografia. E, caso se empaque em algum ponto, sua dica é simplesmente escrever “empacado” e ir para o próximo tópico. Não sei até que ponto esse método “anárquico” de escrita efetivamente ajuda aos(as) bloqueados(as). Parece-me que depende um pouco da personalidade de cada um(a). Eu, por exemplo, sou mais “cartesiano” e prefiro começar esboçando a estrutura do texto. De qualquer modo, como o autor observa, um rascunho cru e desconjuntado não é vergonha para ninguém.

Em primeiro lugar, porque diferentemente do que muitas vezes se pensa, não temos tudo (impressões, ideias, dados etc.) elaborado e organizado na nossa mente antes da primeira palavra. Ao contrário, a redação de um primeiro rascunho é que nos permite ir organizando nosso pensamento e deixando tudo mais claro. Arriscaria a dizer que essa ideia de que o pensamento é anterior à escrita está enraizada numa perspectiva de linguagem do século XVII, que entende que a linguagem (no caso, a escrita) é apenas uma roupagem por meio da qual nossas ideias são apresentadas ao exterior e se tornam visíveis para os outros (ÍBAÑEZ, 2005), isto é, como se ela fosse mero instrumento (neutro) de exteriorização dos pensamentos. E é justamente porque ela não é isso que Becker (2015) sugere, por exemplo, que se comece a escrever antes mesmo de ter todos os dados, uma

vez que isso permitirá ter maior clareza sobre quais dados se deve reunir¹.

Em segundo lugar, porque a atividade da escrita científica é social, não individual. Diferentemente do que ocorre quando estamos na graduação e fazemos uma prova que deve ser feita (quase sempre) individualmente, conter as respostas certas e que não pode ser posteriormente revisada, uma produção acadêmica, para ser publicada, passa pelo crivo de ao menos dois(uas) avaliadores(as), que poderão fazer uma série de recomendações. Ademais, ela pode (e deve) ser compartilhada com os pares antes de ser submetida a um periódico. Isso faz com que uma das principais atividades de pesquisa seja justamente a da reescrita – tão pouco realizada na escola e na graduação, conforme acabei de sugerir. Tanto que Becker (2015) observa que muitos(as) de seus(uas) alunos(as) ficam na defensiva e sentem-se, com frequência, ofendidos(as) com as críticas a seus trabalhos, quando, na verdade, elas fazem parte do mundo acadêmico e podem ajudar a melhorar o trabalho antes de sua submissão.

Olhando para o atual estado do campo científico brasileiro, arrisco a dizer que, dada a enorme pressão exercida pelas agências de fomento, programas de pós-graduação e Ministério da Educação (via CAPES) sobre os(as) pesquisadores(as) para que eles(as) produzam cada vez mais, a atividade de discussão e reelaboração de textos tem sido deixada de lado, ou ao menos não exercida com tanta frequência. Aqui, é impossível não recordar da afirmação de Becker (2015) de que a atividade da escrita é organizacional, ou seja, é moldada e regulada pela organização social da vida acadêmica.

Afinal, tal afirmação nos faz perceber que uma mudança nessa organização, como a que está ocorrendo, impacta a própria produção da escrita. Afirmação que também chama a nossa atenção para o fato de que essa produção não é uma atividade totalmente livre, uma vez que está sujeita a imposições, oportunidades ou incentivos estabelecidos pela instituição para a qual trabalhamos, pelos periódicos da área, pelas agências de fomento à pesquisa etc. E é justamente por conta disso, ou seja, porque a escrita não subsiste num vácuo, que a má-escrita não é o resultado apenas da falta de aprendizagem (ainda que possa ser, quando, por exemplo, alguém não domina as regras gramaticais), mas é resultado também daquilo que foi aprendido. Por exemplo, muitas vezes é em sala de aula que se aprende que a escrita científica exige o uso do impessoal, sem considerar que esse tipo de linguagem é incoerente com referenciais teóricos que partem de pressupostos não-positivistas.

Seguindo a tese de que a atividade da escrita é organizacional, Mills (1982), por sua vez, argumenta que uma das razões para a má-escrita, que usa e abusa de um vocabulário ultra especializado, tornando o texto acadêmico incompreensível para quase todos os públicos de leitores(as), reside no desejo de *status* do(a) pesquisador(a) da área de Ciências Humanas e Sociais. Como este(a) possui menos *status* do que os(as) de outras áreas, ele(a) sente necessidade de se legitimar por meio do uso de uma linguagem hermética, como quem diz: “se você não domina essa (difícil) linguagem, jamais conseguirá apreender a complexidade do meu pensamento”. Assim, ao adotar um vocabulário

¹ Seguindo essa linha de raciocínio, Mills (1982) sugere que todo(a) pesquisador(a) mantenha um diário. Afinal, este poderá estimular a captura de “pensamentos marginais”, que poderão,

posteriormente, levar a um raciocínio mais sistemático. Além disso, conforme observa o autor, o diário poderá estimular o hábito da escrita.

hermético, o(a) pesquisador(a) em Ciências Humanas e Sociais pode se ver como um verdadeiro(a) cientista, e não como um(a) “mero(a) jornalista”. Obviamente, conforme observa o autor, o uso desse tipo de vocabulário não garante, de modo algum, a qualidade do trabalho. Ao contrário, tende a esconder suas imperfeições.

De acordo com Mills (1982), há, todavia, um argumento quase sempre utilizado pelos(as) pesquisadores(as) verborrágicos(as) para justificar o uso de um vocabulário ultra especializado: as palavras da linguagem comum “carregam” sentimentos e valores. Isso, sem dúvida, é verdade! O problema desse argumento não está, portanto, nessa constatação, mas em pressupor que os termos sociológicos, antropológicos, psicológicos etc. não sejam também “carregados”. Por essa razão, segundo o autor, escrever com clareza é dominar tais “cargas”, de forma que apenas o sentido exato de nossas palavras (especialmente, daquelas que operam como conceitos) seja entendido pelo(a) leitor(a)².

Sendo assim, arrisco a dizer que, ainda que não tratada em profundidade por Mills (1982), a questão da coerência entre o referencial teórico e a linguagem adotada é fundamental para a qualidade de um trabalho, caso não queiramos criar um “Frankenstein”. Portanto, mesmo que não exista uma única forma correta de escrever um artigo científico, existem formas mais ou menos corretas dependendo do referencial teórico adotado. Por exemplo, se partimos de um ponto de vista nominalista – que embasa uma série de referenciais cada vez mais aceitos nas Ciências Humanas e Sociais, como o construcionismo, por exemplo –, é incoerente o uso de verbos como

“desvelar”, “revelar”, “descortinar” etc. Afinal, se a realidade é um produto de nossas convenções, ou seja, se nada é real até que nos ponhamos de acordo em relação ao que é (GERGEN; GERGEN, 2011), então, não podemos aceitar que haja uma realidade pré-simbólica, anterior aos nossos acordos sociais. Desse ponto de vista, o conhecimento científico não pode ser, portanto, concebido como um instrumento que traz à luz determinados fenômenos e relações, mas como algo que participa efetivamente da construção daquilo que pretende conhecer.

Por esta razão, de um ponto de vista construcionista, expressões corriqueiras nos manuais de metodologia, como “coleta de dados”, também devem ser evitadas. Afinal, quando realiza uma entrevista, por exemplo, o(a) pesquisador(a) não é um mero “coletor” de discursos. Não se coleta discursos como se coleta conchinhas na praia. O que se diz (e o que não se diz) numa entrevista é sempre objeto de negociação, é produto das expectativas e interesses do(a) entrevistado(da), é algo que depende dos jogos de posicionamentos presentes na interação. Isto é, depende da forma como ele(a) percebe o(a) entrevistador(a), da forma como é posicionado(a) pelas perguntas feitas, da garantia (ou não) do anonimato, do uso (ou não) do gravador, do que será feito com a entrevista (se será publicada ou não), enfim, da sua compreensão e avaliação do contexto da entrevista. Nesse sentido, podemos dizer que, numa situação como a de entrevista, não se coleta dados, mas se produz informações.

Ainda que possa parecer surpreendente, o mesmo ocorre com estudos quantitativos. Conforme Best (2003), toda estatística é o produto de uma ação humana. Afinal, é

² Aqui, também é preciso chamar a atenção para o risco da ortodoxia conceitual, que faz crer que um conceito pode dar conta de tudo.

o(a) pesquisador(a) quem define a amostra (o que contar) e o método (como contar). E essa definição influenciará o resultado da pesquisa. A título de exemplo: se formos contabilizar o número de estupros numa dada comunidade, precisamos, em primeiro lugar, definir o que vem a ser estupro. Penetração peniano-vaginal sem consentimento? Qualquer tipo de penetração sem consentimento? Osculo sem consentimento também deve ser considerado estupro? Não há, evidentemente, uma única resposta aqui. Ao contrário, o(a) pesquisador(a) se vê diante de um enorme leque de possibilidades. Em segundo lugar, é preciso definirmos como vamos contabilizar os estupros. A partir do que saiu na mídia? Mas a grande maioria deles não vira notícia... A partir de dados oficiais? Mas muitos deles não são denunciados para as autoridades... Enfim, sem nenhuma pretensão de dar uma resposta a todas essas perguntas, o que reforçar aqui é que os dados estatísticos, como qualquer dado, é produzido na atividade de pesquisa, a partir de uma série de escolhas. Isso não significa, todavia, que eles não sirvam para nada – ao contrário, são fundamentais para a elaboração de políticas públicas eficazes. Mas apenas que não são um produto (ou um reflexo) da natureza.

A revisão bibliográfica

No tópico anterior, discuti a questão da redação. Agora, neste tópico, debruçar-me-ei sobre outro aspecto fundamental do processo de elaboração de um texto acadêmico: a revisão bibliográfica. Esta deve ser realizada na etapa inicial de uma investigação científica, uma vez que, se todo problema de pesquisa precisa ser minimamente original, é preciso, por conseguinte, saber o que já se sabe sobre o tema, identificando possíveis lacunas a serem preenchidas. Isso não impede,

todavia, de retornarmos aos bancos de dados consultados. Em primeiro lugar, porque são constantemente atualizados, podendo sempre apresentar novos trabalhos de interesse para nossa pesquisa. Em segundo lugar, porque a leitura das produções disponíveis nesses bancos de dados, bem como a consulta a especialistas, pode nos levar a leitura de outros trabalhos antes não contemplados. E em terceiro, porque a produção de uma pesquisa exige sempre diversas idas e vindas aos textos estudados.

Dito isto, cabe destacar que não existe uma única forma de realizar uma revisão bibliográfica. Na verdade, de acordo com Luna (2006), há diversos tipos de revisão, que variam de acordo com seus objetivos. A revisão empírica, por exemplo, visa saber como um dado problema vem sendo investigado, especialmente do ponto de vista metodológico. Já a revisão teórica objetiva saber como ele se circunscreve dentro de um dado referencial que pretende explicá-lo. Por sua vez, a revisão histórica tem como objetivo principal “[...] a recuperação da evolução de um conceito, área, tema etc. e a inserção dessa evolução dentro de um quadro de referência que explique os fatores determinantes e as implicações das mudanças” (p. 86). Finalmente, a mais completa (e complexa) é aquela que objetiva determinar o “estado da arte”, ou seja, que busca conhecer o que já se sabe de determinada área, bem como suas principais lacunas e seus principais entraves teórico-metodológicos. No entanto, devido à experiência e ao fôlego requeridos, esse tipo de trabalho não é recomendado para iniciantes.

Uma vez definido o tipo de revisão a ser realizada, cabe ao(a) pesquisador(a) definir os locais onde será realizada essa revisão. Entre as diversas possibilidades, destaco, primeiramente, o Google Acadêmico, que permite pesquisar

trabalhos acadêmicos sobre os mais variados temas. Ainda que útil, essa ferramenta apresenta alguns problemas. Por exemplo, é incapaz de filtrar periódicos acadêmicos de pouca credibilidade. Outro problema é que, muitas vezes, os textos disponíveis não estão acessíveis na íntegra. Também destaco a biblioteca eletrônica SciELO, que abrange uma vasta coleção de periódicos científicos brasileiros e de outros países da América Latina e Caribe. Outro local de busca particularmente útil é o banco de teses da CAPES, uma vez que permite o acesso aos resumos de todas as teses e dissertações defendidas no Brasil desde 1987. Também pode ser útil selecionar os principais periódicos da área do estudo (que podem não estar disponíveis no SciELO) e fazer uma busca diretamente neles. O problema desse procedimento é que ele pressupõe um conhecimento prévio do escopo e da credibilidade desses periódicos e certa familiaridade com a área.

A despeito de a internet facilitar a realização da revisão de literatura, vale salientar, aqui, a importância de realizá-la também em bibliotecas físicas de universidades de excelência. Afinal, essas bibliotecas possuem um amplo e qualificado acervo de livros – um tipo de produção ainda muito importante para a área de Ciências Humanas e Sociais e que não, necessariamente, pode ser encontrada no mundo virtual. Além disso, uma busca “despretensiosa” pelos seus corredores pode trazer resultados surpreendentemente positivos. Às vezes, são naquelas prateleiras que ninguém olha, porque não são onde estão os manuais ditos “obrigatórios” ou as últimas edições de algum periódico da moda, que descobrimos as obras mais interessantes.

De qualquer modo, independentemente do local de busca, uma técnica que tem se mostrado muito útil é a da “bibliografia reticulada”, que consiste em identificar, na lista de referências das obras selecionadas, novas referências (CORDEIRO, 2018).

A confecção do parecer

Até aqui, tratei do processo de produção de textos acadêmicos. Neste último tópico, voltarei minha atenção para o processo de avaliação desses textos, dando especial atenção à produção de pareceres. Gurgel e Porto (2017) sustentam que há certa insatisfação por parte dos(as) pesquisadores(as) em Ciências Humanas e Sociais em relação à adequação dos pareceres. Claro que sempre é possível argumentar que essa insatisfação deve-se à incapacidade de pesquisadores(as) de aceitar a rejeição de seu trabalho, que é sempre dolorida. No entanto, parece-me haver algo além disso. Parece-me que não devemos deixar de considerar que os pareceres podem ser vagos, incoerentes e/ou desrespeitosos. Assim, aceitando que a avaliação por pares pode constituir um problema para a nossa área, é preciso compreendermos suas condições de produção. Afinal, voltando a Becker (2015), a atividade da escrita é uma atividade organizacional.

Minha hipótese é que os pareceres, às vezes, deixam a desejar por quatro razões: primeira, o “produtivismo” vigente na academia, que sobrevaloriza a produção de artigos em detrimento de outras atividades. Nessa lógica, produzir um parecer não vale nada ou vale muito pouco (no que diz respeito à pontuação do currículo *Lattes*³) – o que desestimula os(as) pesquisadores(as) a nela se engajar, ainda mais tendo em vista que se trata de

³ Essa pontuação, cabe ressaltar, é levada em consideração em concursos públicos de contratação de docentes, em processos de

concessão de bolsas e auxílios à pesquisa, na avaliação dos programas de pós-graduação etc.

uma atividade não remunerada. Segunda, a falta de tempo, especialmente de pesquisadores(as) mais renomados(as) – o que faz com que eles(as) deem parecer sem a devida atenção ou, ainda, se recusem a dá-los (o que faz com acabem sendo dados por pesquisadores(as) mais disponíveis e menos experientes, como recém-doutores(as)). Terceira, a falta de uma formação adequada. Afinal, às vezes, disciplinas como a de Metodologia privilegiam os grandes debates teóricos da Filosofia da Ciência em detrimento do “beabá” do planejamento de pesquisa. Por fim, a (relativa) falta de critérios de avaliação de qualidade em Ciências Humanas e Sociais. Ainda que possamos observar esforços para que haja critérios claros e consensuais – até mesmo porque precisamos prestar contas de nossa atividade de pesquisa publicamente –, a área ainda é muito fragmentada, com diversas correntes teórico-metodológicas concorrentes e, conseqüentemente, formas de fazer (e avaliar a) ciência.

De qualquer modo, ainda que os critérios de avaliação sejam objeto de (amplas) controvérsias, talvez, possamos formular algumas afirmações gerais sobre a construção de um bom parecer, que dificilmente um(a) pesquisador(a) se recusaria a aceitá-las, seja ele(a) adepto(a) da teoria que for. De modo geral, podemos dizer que um parecer precisa ser coerente e jamais pode fazer uso de uma linguagem desrespeitosa, que busque debochar ou humilhar o autor(a) do texto. Afinal, além disso ser uma questão ética, o parecer faz parte de um processo pedagógico. Nas palavras de Gurgel e Porto (2017, p. 112):

provavelmente, o manuscrito é fruto de um trabalho árduo de pessoas e existe uma expectativa grande dos autores para que ele seja aprovado. Uma adequada avaliação, mesmo que não lhes dê aprovação, pode ser uma forma de estimular os autores a não desistirem de publicar.

Um parecer também precisa ser claro e preciso. Comentários do tipo “a discussão precisa ser aprofundada” são muito pouco úteis. Afinal, toda discussão sempre pode ser aprofundada. O que o(a) autor(a) precisa saber é que ponto precisa esclarecido e por quê. Além de claro e preciso, um parecer deve respeitar a proposta do artigo. Afinal, o que está em avaliação não é aquilo que o(a) parecerista gostaria de ter pesquisado, mas aquilo que efetivamente foi pesquisado. Em outras palavras, o que está em jogo, antes de mais nada, é a coerência do conhecimento produzido – o que implica verificar se a metodologia adotada é a que melhor responde o problema de pesquisa, que, por sua vez, precisa estar bem delimitado e ter sido formulado de forma clara (PORTO; GURGEL, 2017).

Também é preciso verificar se esse conhecimento está bem fundamentado, ou seja, se o(a) autor(a) apresenta evidências e razões que o sustentem – o que implica, conforme Thompson (2000), posicionar o(a) leitor(a) como alguém que deve ser convencido, não submetido. Evidentemente, o que é considerado prova científica depende do campo em que nos encontramos. Por exemplo, um conjunto de entrevistas pode servir de prova no campo da Antropologia, mas jamais servirá no campo da Matemática. De qualquer modo, independentemente do campo, para ser cientificamente válido, um conhecimento precisa ser provado. E é justamente porque ele precisa ser provado que o(a) avaliador(a) deve verificar se discussão feita está efetivamente ancorada nos resultados, não os extrapolando.

Por fim, destaco que todo parecer deve tratar da relevância da pesquisa. Este, contudo, é um ponto polêmico. Porto e Gurgel (2017, p. 114), por exemplo, argumentam que, na introdução, o(a) autor(a) deve justificar o estudo, ou seja, devem assinalar a “[...] relevância social

do assunto para o atual momento histórico e QUEM será beneficiado com os resultados da pesquisa”. Luna (2006, p. 14), por outro lado, ainda que defenda o compromisso social do(a) pesquisador(a) em sua atividade de pesquisa, observa que “[...] a história da ciência mostra que seria ingênuo cobrar de todas as pesquisas, o tempo todo, uma aplicação social imediata.” Ademais, recorda que uma pesquisa científica não se confunde com prestação de serviço, pois a primeira tem o compromisso de gerar conhecimento novo, ou seja, é sempre o elo entre o(a) pesquisador(a) e comunidade científica. Assim, para ele, conforme já antecipei, o que é necessário é inserir um problema de pesquisa no contexto maior de um programa de pesquisa. É essa inserção que, em última instância, o justifica. Nas suas palavras: “o melhor teste da relevância é o confronto com o que pesquisadores profissionais vêm fazendo na área” (p. 38).

Considerações finais

Neste texto, busquei trazer minha própria experiência como pesquisador e docente de programas de pós-graduação *strictu sensu* para dialogar com alguns “clássicos” da literatura sobre o ofício da pesquisa. Nesse diálogo, tratei de quatro práticas que caracterizam esse ofício: a escolha do tema de pesquisa, a redação científica, a revisão bibliográfica e a confecção de pareceres. Ao tratar dessas práticas, não quis sugerir, de modo algum, que exista uma única forma de fazer ciência – o que, diga-se de passagem, pressuporia de duas uma: ou uma enorme ignorância em relação à pluralidade de correntes teórico-metodológicas que existem (e concorrem entre si) dentro das Ciências Humanas e Sociais ou uma enorme arrogância, que me levaria a crer que, de todas elas, existiria apenas uma correta, como se ela fosse “A verdade”.

Assim, tratei apenas de discutir essas práticas, relacionando-as com o seu contexto de produção mais amplo e focalizando alguns de seus aspectos que me parecem potencialmente problemáticos.

Referências

- BECKER, H. **Truques da escrita**: para começar e terminar teses, livros e artigos. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BEST, J. Audiences evaluate statistics. In: BEST, J.; LOSEKE, D. (Eds.). **Social problems: constructionist readings**. New York: Walter de Gruyter, 2003, p. 43-50.
- CORDEIRO, M. P. A psicologia no SUAS: uma revisão de literatura. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. v. 70. n. 3, set./dez. de 2018, p. 166-183.
- DESLANDES, S. F. O projeto científico como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 31-60.
- ECO, U. **Como se faz uma tese**. 21 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- GERGEN, K. J.; GERGEN, M. **Reflexiones sobre la construcción social**. Barcelona: Paidós, 2011.
- ÍBAÑEZ, T. O “giro linguístico”. In: ÍÑIGUEZ-RUEDA, L. (Coord.). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 19-49.
- LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1996.
- MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- PORTO, F.; GURGEL, J. L. Sugestão de roteiro para avaliação de um artigo científico. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. n. 40, v. 2, 2018, p. 111-116.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2000.

Recebido em 2021-08-18
Publicado em 2022-03-01